



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

BÁVARO, REPÚBLICA DOMINICANA, 16 DE NOVEMBRO DE 2002

Agradeço, em primeiro lugar, a calorosa hospitalidade do povo e do governo da República Dominicana.

Sinto-me feliz ao voltar a esta nação amiga.

Esta é minha última participação como Presidente do Brasil em uma Cúpula Ibero-Americana.

Posso dizer, com satisfação, que, ao longo de meus oito anos na Presidência, nunca faltei a estes nossos encontros.

Foi para mim um privilégio ser parte desse processo – processo que tem sido o de construção e fortalecimento de uma comunidade de idéias e de ações entre os povos ibero-americanos.

Sempre valorizei o contato direto entre os líderes da nossa Comunidade. São momentos únicos, em que podemos conversar com franqueza, com informalidade, e com isso aprofundar nossas convergências.

A cultura e a história comum que nos unem são forças extraordinariamente fortes. É nelas que se forjam as identidades duradouras, os vínculos afetivos que são próprios de um sentimento de fraternidade entre os povos.

Mas nosso diálogo e nossa cooperação não se limitam a fortalecer esses vínculos. Orientam-se também por valores fundamentais. O primeiro deles é a democracia. O segundo é o desenvolvimento – incluída aí a busca da justiça social.

Tanto no plano da democracia quanto no do desenvolvimento, a Ibero-América sofreu transformações importantes nas últimas décadas.

Já houve tempo em que nossos países sofreram com a mão pesada do autoritarismo. Já houve tempo em que parecia mais distante a esperança de prosperidade e de justiça para nossos povos.

As últimas décadas redefiniram nossa identidade. Tornaram-na indissociável dos valores da liberdade e de um caminho de modernização econômica, com uma crescente inserção dos países ibero-americanos no mundo globalizado.

Portugal e Espanha fortaleceram-se com a integração à União Europeia. Na América Latina, as iniciativas de integração fizeram avanços sem precedentes – no Mercosul, na Comunidade Andina, no Mercado Comum Centro-Americano, bem como na construção de uma infraestrutura física integrada na América do Sul.

Impõe-se com alta prioridade, em nossa agenda, o esforço de conformação de um ambiente mundial mais propício ao desenvolvimento.

Como Presidente do Brasil, tenho salientado a importância da construção de um sistema mais equitativo de comércio internacional e da busca de uma arquitetura financeira menos sujeita a turbulências e a crises – portanto, mais favorável ao crescimento econômico.

É preciso afirmar sem meias palavras: o protecionismo dos países mais ricos e a instabilidade dos fluxos financeiros internacionais são, hoje, obstáculos consideráveis ao crescimento nos países em desenvolvimento.

Daí a importância dos processos de integração que envolvem os dois lados dessa equação – os mais ricos e os mais pobres.

É o caso da discussão da Alca, dos entendimentos com a União Europeia e das tratativas na Organização Mundial do Comércio para uma nova rodada de negociações multilaterais.

Temos grandes tarefas diante de nós:

- a de fazer com que o comércio internacional, organizado em bases justas, contribua para a superação dos privilégios e das desigualdades entre os países;
- a de buscar maior estabilidade no sistema financeiro internacional.

As distorções do mercado não se corrigem por si mesmas. É imprescindível um sistema de normas legítimas, sancionadas multilateralmente, que reflita um princípio simples: mais oportunidades para os que mais precisam de oportunidades.

Isso significa que nenhum processo de integração poderá prosperar se não atribuir a necessária prioridade aos temas de maior interesse para os mais pobres.

Como o tema da agricultura, o do assim chamado *anti-dumping*, o das regras de propriedade intelectual, o das barreiras não-tarifárias e o das distorções das normas sanitárias.

Esses temas são fatores decisivos não apenas para o impulso ao crescimento econômico, mas também para o êxito na promoção do desenvolvimento sustentável, como foi o esforço feito na Conferência de Johannesburg.

No plano político, o compromisso com a democracia e com o desenvolvimento nos dá a chave para a leitura do atual cenário internacional. Leva-nos a ver com preocupação o recrudescimento da ameaça do terrorismo – que não é uma ameaça a um país, mas a toda a humanidade, porque parte de um princípio errado e incompatível com o sistema democrático.

Por isso, uma das tarefas mais importantes de nosso tempo talvez seja a de combater essa ameaça, em todas as suas formas, fortalecendo simultaneamente os direitos humanos e as liberdades fundamentais.

Em última análise, a melhor arma contra o terrorismo é a difusão da crença nos valores democráticos e o reforço dos princípios do direito internacional.

A resposta que precisamos dar – e que precisamos dar com urgência – a esses desafios deve ser, em cada momento, em cada ação específica, inspirada por uma preocupação de legitimidade. E a legitimidade,

no plano internacional como no âmbito interno, vem do diálogo e da participação. A legitimidade vem da deliberação conjunta, que é a única base possível para a responsabilidade conjunta.

O unilateralismo não é solução.

As Nações Unidas foram construídas sobre a aceitação mútua de alguns princípios elementares: noções como a da tolerância, a do respeito aos direitos humanos, a da igualdade soberana dos Estados, a do não-uso da força e a de solução pacífica de controvérsias.

Ao menos do ponto de vista do Brasil, a sabedoria daqueles princípios permanece intacta.

Tudo isso nos mostra a complexidade e a delicadeza das tarefas com que nos defrontamos.

O Brasil sente-se, hoje, fortalecido pela estabilidade econômica, pelo amadurecimento de sua democracia e pelo impulso à obra de transformação social. Acompanha os desdobramentos na cena internacional com a preocupação de ser, invariavelmente, uma força construtiva, uma força em favor da paz, da segurança, da liberdade e da superação das injustiças.

A Comunidade Ibero-Americana haverá de continuar a prestar sua contribuição para o alcance desses objetivos.

Senhores Chefes de Estado e de Governo, há poucas semanas, concluímos no Brasil, com enorme êxito, um processo democrático de escolha para cargos executivos – Presidente e Governadores – e legislativos – Câmara dos Deputados e uma parte do Senado Federal.

Mobilizou-se um eleitorado de mais de 115 milhões de pessoas.

Todo o processo transcorreu em condições exemplares, em ampla liberdade de discussão, com um debate substantivo.

Demonstrou-se que o Brasil é, hoje, uma democracia completa e, ademais, uma democracia informatizada, o que permitiu presteza e segurança na apuração dos resultados.

Falo de tudo isso, perdoem-me, com certo orgulho. Orgulho, não porque isso seja obra do Presidente, porque não é. Orgulho, porque isso é uma conquista da sociedade brasileira e porque é com grande satisfa-

ção que o Brasil mostra ao mundo essa face democrática, essa capacidade de debate e de condução de seus próprios destinos.

Dentro de algumas semanas, terei a satisfação de passar a faixa presidencial para meu sucessor. Voltarei à minha vida de simples cidadão, mas não deixarei de ter presença no debate público. E certamente guardarei e cultivarei com carinho a lembrança de tantas coisas boas que foram parte dessa experiência na Chefia do Governo e do Estado brasileiro.

Entre essas coisas, estará a memória da convivência com os colegas e amigos desta Comunidade Ibero-Americana.

Foi, para mim, um privilégio e um aprendizado.

Faço votos de que a nossa Comunidade prossiga com determinação no seu caminho de realizações.

Desejo todo êxito aos que deverão continuar a conduzir essa tarefa. E todo êxito, também, aos que a ela virão proximamente somar seus esforços e sua contribuição.

Muito obrigado.